



XI CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

AS DIMENSÕES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA GEOGRAFIA

9 - 11 de Novembro 2017
Faculdade de Letras Universidade do Porto

Livro de Atas

COORDENADORES:

Teresa Sá Marques
José Alberto Rio Fernandes
José Teixeira
Patrícia Abrantes
Fátima Matos
Laura Soares

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Associação Portuguesa de Geógrafos

COORDENADORES: Teresa Sá Marques, José Alberto Rio Fernandes, José Teixeira, Patrícia Abrantes, Fátima Matos, Laura Soares.

TÍTULO: XI Congresso da Geografia Portuguesa, As dimensões e a responsabilidade Social da Geografia, Livro de Atas.

ANO: 2017

ISBN: 978-989-54030-2-8

PRODUÇÃO GRÁFICA: Claudia Manuel

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Departamento de Geografia da Faculdade de Letras Universidade do Porto

Teresa Sá Marques
José Teixeira
Patrícia Abrantes
Fátima Matos
Laura Soares
António Silva
Diogo Reis
Francisco Anjos
Helder Gonçalves
Joaquim Cardoso
José Sousa
Rui Abreu
Sónia Andrade
Tatiana Oliveira

Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)

José Alberto Rio Fernandes
Ana Rei
Francine Tavares
Inês Rocha
Thiago Monteiro

CONSELHO CIENTÍFICO:

António Alberto Gomes - *Universidade do Porto*
António Bento Gonçalves - *Universidade do Minho*
Ana Monteiro - *Universidade do Porto*
Ana Ramos Pereira - *IGOT/Universidade de Lisboa*
Carlos Silva - *Universidade Nova de Lisboa*
Domingas Simplicio - *Universidade de Évora*
Dulce Pimentel - *Universidade Nova de Lisboa*
Eduarda Marques da Costa - *IGOT/Universidade de Lisboa*
Fernanda Cravidão - *Universidade de Coimbra*
Herculano Cachinho - *IGOT/Universidade de Lisboa*
Lúcio Cunha - *Universidade de Coimbra*
Luís Paulo Martins - *Universidade do Porto*
Maria José Caldeira - *Universidade do Minho*
Mário Vale - *IGOT/Universidade de Lisboa*
Regina Salvador - *Universidade Nova de Lisboa*
Rui Gama Fernandes - *Universidade de Coimbra*

REVISORES:

Assunção Araújo - *Universidade do Porto*
Carmen Ferreira - *Universidade do Porto*
Fantina Santos Tedim - *Universidade do Porto*
Fátima Loureiro de Matos - *Universidade do Porto*
Hélder Marques - *Universidade do Porto*
Helena Madureira - *Universidade do Porto*
Helena Pina - *Universidade do Porto*
João Carlos Garcia - *Universidade do Porto*
José Alberto Rio Fernandes - *Universidade do Porto*
José Teixeira - *Universidade do Porto*
Laura Soares - *Universidade do Porto*
Mário Gonçalves Fernandes - *Universidade do Porto*
Miguel Saraiva - *Universidade do Porto*
Patrícia Abrantes - *Universidade do Porto*
Paula Guerra - *Universidade do Porto*
Teresa Sá Marques - *Universidade do Porto*

A cidade na aprendizagem geográfica e a responsabilidade da Geografia na aprendizagem da cidade

H. Oliveira ^(a), J. A. Rio Fernandes ^(b)

^(a) CEGOT/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, helquintas@hotmail.com

^(b) CEGOT/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, jariofernandes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é um ponto de partida para uma reflexão sobre a aprendizagem da cidade que é feita no ensino básico e secundário, tomando como base o que é prescrito pelos documentos curriculares e programáticos das disciplinas na área da Geografia. Considera-se a responsabilidade da Geografia na aprendizagem da cidade, propondo-se abordagens que reinterpretem os documentos curriculares e que promovam a inovação pedagógica e didática no sentido de potenciar o cumprimento da função social que a disciplina tem relativamente às aprendizagens que deve promover em matéria de ensino obrigatório. Essa função, que é necessariamente também uma responsabilidade social, estará associada à promoção de uma visão de cidade que vai para além do processo de urbanização, da relação cidade-campo, dos sistemas urbanos ou da dinâmica interna e, por isso, deve abarcar dimensões ligadas designadamente à demografia, à economia, à vida social, à atividade política e à criação cultural.

Palavras chave: Geografia; Educação Geográfica; Cidade; Espaço Urbano.

1. A CIDADE NA APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA: ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

A geografia escolar é uma designação frequente, utilizada por vários investigadores, no âmbito da educação geográfica, que é materializada através dos conteúdos geográficos de aprendizagem previstos para o ensino básico e para o ensino secundário, em Portugal. Ainda que estes estejam previstos nos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, centramo-nos nos níveis de ensino onde a Geografia surge como disciplina autónoma, isto é, no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, partindo do que, do ponto de vista teórico, curricular e programático, é esperado que os alunos destes níveis de ensino aprendam sobre a cidade e os espaços urbanos.

O enquadramento curricular vigente tem como referencial normativo a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), aprovada em 1986, que conta alterações posteriores e que contempla princípios gerais, reconhecendo que a educação geográfica tem um papel decisivo em matéria de educação. O desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de avaliarem com espírito crítico e criativo a realidade envolvente é, sem dúvida, uma das funções cruciais da educação geográfica, donde o papel de grande importância da Geografia enquanto disciplina no ensino básico secundário. Considera-se que a Geografia escolar deve habilitar cada aluno de modo a ser ator na transformação progressiva e na melhoria contínua do contexto em que vive. Desta forma, a LBSE tem, por via da Geografia, uma oportunidade contínua de ver os seus princípios concretizados.

Ao nível do 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), desde 2012 que está definida uma matriz curricular onde se prevê que os alunos atinjam determinadas “Metas Curriculares” (Despacho N.º 110-A/2014, DR. n.º 2, Suplemento, Série - II, de 3 de janeiro), especifi-

casadas a partir das Orientações Curriculares de Geografia para o 3.º CEB, estas últimas elaboradas em 2001, no âmbito da reorganização curricular que deu origem ao Currículo Nacional do Ensino Básico.

Conscientes da transversalidade dos conteúdos geográficos e da perspetiva integral a que estão especialmente vocacionados, os conteúdos relativos à cidade e aos espaços urbanos situam-se no 8.º ano de escolaridade, sendo abordados no domínio “População e Povoamento”, verificando-se que as Metas Curriculares vieram especificar a sua concretização no subdomínio “Cidades, principais áreas de fixação humana”.

Nesse contexto, foram definidos 3 objetivos gerais, a que se seguem os descritores que os especificam (Quadro 1).

Ao nível do Ensino Secundário, a disciplina de Geografia A faz parte dos currículos dos cursos Científico-Humanísticos de Línguas e Humanidades e de Ciências Socioeconómicas. O documento curricular de referência é o Programa de Geografia A – 10.º e 11.º anos, que estabelece que a aprendizagem da Geografia é dirigida, quase em exclusivo, ao estudo de Portugal (o que não acontece nos ciclos de estudo anteriores). Os conteúdos relacionados com a cidade e os espaços urbanos concentram-se no 11.º ano de escolaridade, no tema “Os espaços organizados pela população”, verificando-se que a sua abordagem é feita primeiro numa perspetiva de análise das dinâmicas internas, seguindo-se o estudo da rede urbana e das relações entre espaços rurais e urbanos (Quadro 2).

Face a este quadro, percebe-se que, ao nível do 3.º ciclo de ensino básico, ainda que haja uma preocupação em fornecer uma visão de diferentes escalas e geografias urbanas, nota-se uma abordagem que podemos tomar por tradicional dos conteúdos, muito focada na evolução do processo de urbanização, na análise das formas e estruturas urbanas. E, nos conteúdos do Ensino Secundário, o panora-

Quadro 1 - Conteúdos sobre cidade e espaços urbanos do 8.º ano de escolaridade.

Domínio: População e povoamento
Subdomínio: Cidades, principais áreas de fixação humana
1. Compreender a origem e o crescimento das cidades 1. Referir critérios utilizados na definição de cidade. 2. Referir fatores responsáveis pelo surgimento das cidades. 3. Explicar os principais fatores de crescimento das cidades em países com diferentes graus de desenvolvimento. 4. Explicar o processo de formação de uma área metropolitana e de uma megalópoli, localizando as principais megalópoli, a nível mundial. 5. Discutir as consequências do forte crescimento urbano em países com diferentes graus de desenvolvimento. 6. Mencionar possíveis soluções para os problemas das cidades. 7. Discutir a importância das cidades sustentáveis.
2. Compreender a organização morfofuncional das cidades 1. Distinguir função urbana de área funcional. 2. Caracterizar as funções das cidades: residencial, comercial, industrial, políticoadministrativa, cultural, religiosa (...). 3. Caracterizar as principais áreas funcionais das cidades. 4. Relacionar o aparecimento de novas centralidades com o crescimento das cidades e a revitalização dos centros das cidades. 5. Comparar planta irregular, planta radioconcentrica e planta ortogonal. 6. Relacionar as diferentes plantas com a evolução ou o planeamento das cidades.
3. Compreender a inter-relação entre o espaço rural e o urbano 1. Descrever as diferenças entre modo de vida rural e modo de vida urbano. 2. Explicar as relações de interdependência e complementaridade que se estabelecem entre o espaço rural e o espaço urbano. 3. Discutir as potencialidades ambientais, sociais e económicas do espaço rural.

Quadro 2 - Conteúdos de aprendizagem relacionados com a cidade e o espaço urbano na disciplina de Geografia A.

Temas/Conteúdos
3 – Os espaços organizados pela população
3.2 - As áreas urbanas: dinâmicas internas
3.2.1 - A organização das áreas urbanas
. as áreas terciárias
. as áreas residenciais
. a implantação da indústria
3.2.2 - A expansão urbana
. os subúrbios e as áreas periurbanas
. as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto
3.2.3 - Problemas urbanos
. as questões urbanísticas e ambientais
. as condições de vida urbana
3.3 - A rede urbana e as novas relações cidade-campo
3.3.1 - As características da rede urbana
. as aglomerações urbanas no território
. a hierarquia dos lugares na rede
. vantagens e limitações da dispersão ou da concentração do povoamento
3.3.2 - A reorganização da rede urbana
. o papel das cidades médias
. o atenuar do crescimento das grandes aglomerações
. a inserção na rede urbana europeia
3.3.3 - As parcerias entre cidades e mundo rural
. as complementaridades funcionais
. as estratégias de cooperação institucional

ma não é muito distinto, ainda que o foco esteja intencionalmente voltado para Portugal e os conteúdos sejam mais aprofundados, abrangentes e, naturalmente, mais exigentes.

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA GEOGRAFIA NA APRENDIZAGEM DA CIDADE: CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS

É inegável que no contexto escolar português, a Geografia, enquanto disciplina autónoma, tanto no 3.º CEB, como no Ensino Secundário, tem uma função social essencial no despertar dos estudantes, enquanto futuros cidadãos, para os problemas sociais e ambientais das cidades e das áreas urbanas. Ainda que essa formação possa e deva ser complementada com conhecimentos desenvolvidos noutras disciplinas, é na Geografia que o seu aprofundamento deve acontecer, pelo facto de ser a disciplina que se debruça sobre a interrelação entre fenómenos naturais e humanos que ocorrem no território.

Considera-se que este potencial é constantemente

diminuído por constrangimentos diversos que se apresentam aos professores, entre eles: os tempos letivos insuficientes para desenvolver os conteúdos de uma forma significativa para os estudantes; uma cultura de escola muito vocacionada para formas de avaliação centradas em testes e exames; problemas específicos do contexto escolar, relacionados com a organização interna das escolas e a distribuição do serviço docente; a instabilidade do corpo docente, sobretudo dos professores mais jovens, decorrente de um sistema de colocação de professores centralista e a inexistência de uma cultura de envolvimento dos docentes em projetos e experiências interdisciplinares, muito ligada, também, à falta de autonomia pedagógica dos agrupamentos para dinamizarem e afetarem recursos humanos a esses projetos. Estes são apenas alguns dos constrangimentos, sendo aqueles que nos parecem os mais significativos para a generalidade das situações.

Perante isto, deixando por agora de lado as questões de contexto, importa-nos ressaltar o papel individual do docente ou do grupo disciplinar, para potenciar

a função que a aprendizagem de Geografia deve desempenhar na formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e responsáveis, despertados para os problemas sociais e ambientais da cidade e dos espaços urbanos em geral.

Essa ação individual ou, se possível, do grupo, começa no ato de planificar, ou seja, de programar o desenvolvimento curricular, após uma reinterpretação do currículo nacional ou dos programas, readaptando-os, tendo em conta características e especificidades dos contextos onde se desenrolará a ação pedagógica, de forma a dotar as aprendizagens de maior significado.

A planificação é um meio para credibilizar a profissão docente, conferindo mais confiança e segurança por via da definição de uma orientação, de um caminho para a ação pedagógica. A previsão que o docente realiza acerca dos conteúdos a abordar, das competências a desenvolver, das tarefas e atividades a realizar, dos materiais e recursos a usar, associando-lhes o respetivo cronograma, estrutura a sua ação e promove a sua reflexão sobre o ensino e a aprendizagem.

Assim, o docente deve ter em conta o facto do plano estar sujeitado ao currículo e programa da disciplina e, num aspeto mais macro, a deliberações de carácter legislativo emanadas pelos órgãos competentes, nomeadamente de âmbito político. Por outro lado, o plano tem que ser adequado às características dos alunos (idade, características cognitivas, socioeconómicas, culturais, entre outras) e, por último, o meio e o contexto escolar têm que ser tidos em conta na elaboração do plano, relativamente às características da escola e da comunidade em que esta se insere.

Considerando estes fatores e recorrendo a mecanismos de diversificação e diferenciação pedagógica, dotando o processo de aprendizagem de maior significado e motivação, é potenciado o papel da planificação como via para a otimização do processo educativo.

Outro caminho que é preciso trilhar é o de apresentar aos estudantes a cidade e o espaço urbano, não somente na perspetiva da evolução do processo de urbanização e da análise das formas e estruturas urbanas mas, também, como espaços e territórios onde se vive e onde se trabalha, olhando para as características da sua população, residente, trabalhadora, estudante e visitante, para as diversidades e conflitos sociais, para a complexidade da economia e os problemas ambientais, entre outros. Sobre tudo ao nível do Ensino Secundário integrar estas perspetivas, associadas a uma pedagogia de projeto, parece muito importante, permitindo que os estudantes fossem levados a compreender a configuração da cidade como um espaço socialmente diferenciado, com áreas e usos apropriados por diferentes grupos e interesses.

As atividades e experiências didáticas teriam por base processos de exploração das representações e percepções da cidade, mas, também, a observação e indagação sobre territórios urbanos em concreto, abrindo o leque de abordagem dos conteúdos para lá dos temas tradicionais, incluindo uma perspetiva de análise dos problemas sociais e ambientais que contemplem a demografia, as atividades económicas, a vida social, a atividade política e a criação cultural.

3. NOTAS FINAIS

A cidade e os espaços urbanos, por força do processo de urbanização que se intensificou nos últimos séculos da história da humanidade e mais ainda nas últimas décadas, no mundo em geral e de forma particular em Portugal, exigem respostas pedagógicas que tenham em conta o facto de vivermos numa sociedade urbanizada, cada vez mais multicultural e exigente do ponto de vista das competências sociais que cada um deve deter.

O papel da geografia escolar na preparação dos futuros cidadãos é inegável. Por isso, parece-nos importante que os currículos e os programas de Geografia, no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário sejam redesenhados, passando da mera abordagem morfoestrutural do espaço urbano e do sistema urbano, para uma abordagem mais problematizante, mais próxima da realidade vivida pelos alunos e, por essa razão, mais significativa para a sua aprendizagem.

Ainda que as condicionantes, como vimos, possam ser muitas, a pedagogia de projeto, aliada ao desenvolvimento de experiências de aprendizagem interdisciplinares, aparecem como dois caminhos a seguir, no futuro, para abordar os problemas sociais e ambientais dos espaços urbanos, também na ótica das desigualdades sociais, das atividades económicas, dos estilos de vida, da atividade política, da criação cultural ou da cidadania.

Toda esta preocupação tem sido acompanhada por uma dinâmica internacional, em que assistimos a um crescente protagonismo da Associação Internacional de Cidades Educadoras, cuja finalidade primordial é difundir e sensibilizar para a importância da educação da cidade e sobretudo na cidade, destacando-se as possibilidades educadoras que as cidades, de maior ou menor dimensão, apresentam.

4. AGRADECIMENTOS

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-006891 (Refª FCT: UID/GEO/04084/2013).

5. BIBLIOGRAFIA

- González, R. C. L.; Pérez, J. M. G. & Gómez, L. A. E. (2012). *Los Espacios Urbanos: el estudio geográfico de la ciudad y la urbanización*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Lestegas, F. R. (1995). *Propuestas para una didáctica del espacio urbano: un enfoque crítico y constructivista*. IBER, *Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, Graó, núm. 3; Año II.
- Carta das Cidades Educadoras (1990). Associação Internacional de Cidades Educadoras, Barcelona
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/86);
- Matriz curricular do 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho);
- Metas curriculares de Geografia do 3.º CEB e Programa de Geografia do 3.º CEB. (Despacho N.º 110-A/2014, DR. n.º 2, Suplemento, Série - II, de 3 de janeiro)